

Tecnologias de governo, infância e rua: Um estudo sobre as práticas e desafios contemporâneos dos serviços que atendem crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre.

Helena Patini Lancellotti¹

Resumo: Nesta comunicação, apresentarei os resultados iniciais de minha pesquisa de mestrado, cujo intuito é compreender como os serviços que trabalham com crianças e adolescentes definidos como “em situação de rua” têm produzido conhecimento e realizado reflexões em torno da produção de um novo perfil para o que é definido como “situação de rua” das crianças e adolescentes em Porto Alegre/RS. Trata-se de acompanhar um processo de modificação do que é configurado como o objeto da intervenção e, conseqüentemente, das estratégias, ferramentas e mecanismos para seu governo. Fundamentalmente, dirige-se a problematizar o deslocamento das ações dirigidas para a extrema visibilidade das crianças nas ruas e espaços públicos para práticas dirigidas ao trabalho infantil vinculado ao tráfico de drogas e às redes de pertencimento localizadas em vilas e bairros da periferia. Através de pesquisa etnográfica realizada entre a equipe de um programa governamental e que consiste na observação das reuniões mensais dos núcleos que compõe a rede e nas observações semanais dos encontros de uma dessas equipes, buscarei compreender como diferentes saberes, expertises, moralidades e racionalidades são configurados através de tecnologias de governo específicas que produzem sujeitos, assim como entender como as pessoas habitam e ressignificam tais práticas. A partir desse trabalho, espero contribuir para os estudos relativos à temática da infância em situação de rua e também para discussões acerca da criação de categorias e formulação de políticas e sujeitos.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes em situação de rua; Tecnologias de governo; Infância e juventude; Situação de rua; Antropologia do Estado.

Uma breve introdução

O intuito deste trabalho é de realizar uma discussão sobre o trabalho de campo que venho realizando desde março de 2015, nas reuniões mensais do Ação Rua, assim como nos encontros semanais de uma das equipes que fazem parte do serviço. Trata-se de um serviço de abordagem e acompanhamento às crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre. A partir do campo que está em andamento e em fase bastante

¹ Helena Patini Lancellotti é bolsista Capes e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação da Profa. Dra. Patrice Schuch. Tem sua formação em Ciências Sociais com bacharel em Antropologia, pela Universidade de Brasília (UnB).

inicial, meu intuito é compreender como os experts, pensados aqui na figura dos integrantes das equipes do serviço em questão, tem atuado no que diz respeito às reflexões e à utilização ou não dos conceitos utilizados nas diretrizes do programa em seus trabalhos. Através do estudo, também espero identificar como as tecnologias de governo, apreendidas aqui no nível do cotidiano, tem atuado nas questões relativas a infância e a juventude em situação de rua.

Para refletir sobre a criação de categorias, parto da perspectiva de Claudia Fonseca e Andrea Cardarello (2009), onde as autoras sublinham “...a importância dos sistemas de classificação embutidos na linguagem que usamos para descrever (e apreender) a realidade. Além desses sistemas de classificação serem usados para descrições e apreensões, as categorias também são utilizadas para delimitar graus de humanidade entre os indivíduos, ou seja, qualifica quais são os sujeitos que merecem mais direitos e proteção do que outros” (FONSECA & CARBARELLO, 2009, p.220). Também servem como forma de criação de sujeitos de direito, como aconteceu com as políticas voltadas para a infância e juventude, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com essa lei, as crianças e adolescentes se tornaram sujeitos de direitos, assim como também ocorreu uma mudança na forma como se nomeava tais indivíduos.

As categorias utilizadas para se referir a crianças e adolescentes em situação de rua passaram, e ainda passam, por diversas discussões sobre como nomear quem poderia ser abarcado nesse conceito. Antes do advento da figura do menor (cujo início se dá no final dos anos 20), as categorias utilizadas para se referir a infância pobre no Brasil eram as de “órfãos”, “vadios”, “expostos”, “infância abandonada” (ALVIM & VALLADARES: 1988).

O termo menor surge com o Código de Menores de 1927, e era um conceito visto como ambíguo no Brasil, pois “...até a promulgação do ECA, o “menor” configurava um alvo das políticas jurídico sociais que materializava a própria ideia de prevenção, vivida numa constante ambiguidade entre assistência e repressão” (SCHUCH, 2005, p. 84). Ao mesmo tempo em que era digno de proteção, era também frequentemente associado à criminalidade e à desordem. Eram alvos de políticas de institucionalização, pois era preciso retirar do espaço público os corpos que ali ofereciam perigo. Também não existia uma diferenciação sobre quem eram esses

menores, o que reforçava preconceitos em relação a essa infância considerada como irregular.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, as crianças passam a ser percebidas como sujeitos de direitos, em que o dever da família, do estado e o da comunidade é o de exercer uma proteção sobre tais indivíduos (SCHUCH: 2013). Após o estatuto, os atendimentos são direcionados e especializados de duas maneiras:

“As políticas de atendimento são definidas para aqueles sujeitos às medidas de “proteção especial” (abandono, maus tratos, etc) e as medidas “sócio educativas” (cometimento de ato infracional). Nesse sentido há uma especialização em relação ao público alvo das políticas, anteriormente definido ambigualmente pela categoria “menor””. (SCHUCH, 2005, p. 70).

As crianças e adolescentes de rua, que antes dos anos 90 eram incluídos no termo de “menor”, passam a ser reconhecidos como meninos e meninas de rua. Tal conceito também recebeu críticas, pois existem crianças que estão na rua – as que possuem laços familiares e utilizam a rua de forma temporária e também as que são da rua - que vivem integralmente no espaço público.

Posteriormente, foi criado o termo “crianças e adolescentes em situação de rua”, que é nomenclatura utilizada hoje nos estudos sobre a temática e também ao nível de gestão. Para o governo do Rio Grande do Sul, em um trabalho realizado em conjunto com a UNICEF, crianças e adolescentes em situação de rua são: “crianças e adolescentes que têm na rua seu principal espaço de sobrevivência, socialização e lazer, tendo ou não local de moradia como referência e vinculação com a família natural ou substituta” (GOVERNO DO ESTADO, 1996).

O serviço Ação Rua, que realiza a abordagem e o acompanhamento às crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre, e que será o foco do artigo em questão, também possui categorizações sobre a infância e juventude em situação de rua. Os termos utilizados pelo serviço, o de rua moradia e rua sobrevivência, que serão exemplificados logo abaixo, também tem sido alvos de reflexões por parte das equipes que o utilizam no dia-a-dia. A categoria, de acordo com meus interlocutores, muitas vezes não conseguiria abarcar a complexidade de situações que são atendidas.

Esse artigo trata-se de um campo que está sendo executado e cujo início se deu de forma mais intensa no início de 2015. Não pretendo fazer uma revisão histórica extensa sobre os usos das categorias de crianças e adolescentes em situação de rua, mas sim situar o leitor para demonstrar que tal conceito está perpassado por discussões, embates e negociações tanto acadêmicas quanto no nível de tecnologias de governo e de ativismo. O trabalho em questão, tem o intuito de apresentar algumas informações obtidas e de tentar dialogar com estudos sobre tecnologias de governo e infância e juventude. Mais do que propor conclusões, pretendo levantar discussões sobre o campo, além de questões e possibilidades de novos e outros olhares sobre a pesquisa que venho realizando.

O Serviço Ação Rua

Na capital do Rio Grande do Sul, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), é o órgão responsável pela estruturação e oferta dos serviços destinados à assistência social. Dentre os anos de 2010 e 2011, a FASC passou por algumas reordenações para atender as demandas do Sistema Único de Assistência Social (2009) e deu início a implementação dos serviços de Proteção Social. Os serviços de proteção, por sua vez, foram nivelados em dois tipos: o de Proteção Social Básica, ligados a serviços e programas desenvolvidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). E entre o de Proteção Social de Média Complexidade, compostos por atendimentos ligados aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e o de Proteção Social Especial de Alta que envolve serviços de acolhimento institucional.

Dentro dos serviços de Proteção Social de Média Complexidade vinculados à FASC, existem setores que discutem e atuam na questão da infância e juventude em situação de rua e assuntos relacionados. São eles, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço Ação Rua - ambos vinculados ao CREAS; sendo que o Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente faz parte da Proteção de Alta Complexidade. O Serviço Ação Rua é um serviço de abordagem social voltado para crianças e adolescentes em situação de rua e conta hoje com 13 equipes espalhadas por Porto Alegre e com equipes multidisciplinares. Cada equipe deve contar com um (a) assistente social; um (a)

psicólogo (a); um (a) coordenador (a) e quatro educadores sociais, com exceção da equipe do AICAS, pois possuem dois assistentes sociais, dois psicólogos e seis educadores sociais para assim darem conta da alta demanda do território em que atuam.

O serviço surgiu em 2007, como uma forma de centralizar e ampliar a abrangência dos atendimentos às crianças e adolescentes em situação de rua. As abordagens são de dois tipos: solicitada e sistêmica, sendo que a primeira é realizada a partir de informações que são passadas pela população através do telefone; e a segunda são as abordagens realizadas nas regiões que cada equipe é responsável, com o intuito de acompanhar os indivíduos atendidos. O objetivo do programa é o de:

“Propor alternativas de alteração à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes que têm nela seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, ampliando e articulando os serviços da rede já existente e incluindo a criança/adolescente e sua família na Rede Sócio Assistencial do Município, visando a garantia de direitos e inclusão social.” (PMPA, p.6, 2006)

Essas 13 equipes são vinculadas a nove entidades conveniadas, sendo que cabe a elas a atuação das abordagens, acompanhamento e encaminhamento dos casos, e cabe a FASC o monitoramento e supervisão do trabalho realizado. Cada equipe tem autonomia para organizar o trabalho de maneira própria, desde que sigam o objetivo do serviço Ação Rua e suas diretrizes. Devido a própria diversidade que existe entre essas entidades, e até mesmo dentro dos territórios que esses profissionais atuam, onde alguns possuem mais recursos do que outros, não parto do pressuposto de que existe uma homogeneidade nas formas de colocar as diretrizes que norteiam o serviço em prática.

Parto do pressuposto que existem diversas formas de agir para se chegar a um determinado fim, formas essas que também podem estar perpassadas pelas moralidades dos integrantes das equipes, assim como da entidade na qual estão vinculados. Não é o objetivo desse trabalho explorar as diferenças existentes na atuação de cada uma das equipes, mas sim de sugerir que não se trata de um serviço cuja ação e reflexão é feita de maneira semelhante. Até porque a forma como o serviço é organizado em cada equipe são realizados por pessoas que tem diferentes trajetórias, maneiras distintas de pensar e se afetar e também trabalham com histórias únicas de vida. Além de que cada território contém suas especificidades, sendo que alguns podem possuir maiores recursos do que outros.

Após a breve contextualização, gostaria de descrever uma das atividades rotineiras do Serviço Ação Rua: a reunião de gerenciamento. Meu objetivo é o de apresentar para o leitor como antes estavam sendo organizados esses encontros, assim como as alterações que vem ocorrendo nessa reunião. Tratam-se de experimentações para encontrar novas formas para discutir os casos das crianças e adolescentes em situação de rua que são atendidos pelo serviço, assim como definir quais casos serão discutidos nesse espaço. Após a descrição do modelo que estava sendo empregado até o presente ano, pretendo descrever as reflexões sobre esse novo modelo e também a forma como está sendo aplicada.

A nova configuração do formato desse encontro mensal, tem como um dos objetivos atender o que o serviço entende como as modificações que tem ocorrido na “situação de rua” em Porto Alegre. Por se tratar de uma estrutura que ainda está em vias de modificação, pode ser que até a publicação do presente artigo, o formato que descrevo como novo, talvez não seja mais o atual e o que está sendo empregado. O enfoque dessa comunicação será o de apresentar as situações que se enquadram no que tem sido nomeado de *casos especiais*.

A Reunião de Gerenciamento

A reunião começa às nove horas da manhã. Chego ao local um pouco antes do horário e já é possível notar uma movimentação na porta do auditório. Trata-se de um encontro que ocorre mensalmente, sempre nas segundas sextas-feiras do mês, na sede da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e que leva o nome de “Reunião de Gerenciamento”. É um espaço em que estão presentes profissionais (como psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais) de todas as equipes do Ação Rua. Também estão presentes representantes dos serviços de acolhimento institucional, ou seja, dos abrigos.

Assim que adentramos no espaço em que aconteceu a reunião de gerenciamento, os participantes sentaram nas cadeiras, que estavam dispostas em círculo dentro do auditório. Na parte da frente da sala há um computador e um projetor, com uma planilha aberta. Após uma rodada de apresentação, onde cada um dizia o nome e qual equipe faz

parte, e após os informes, dá-se início a discussão dos casos que estão no documento aberto e que está projetado para todos da sala conseguirem visualizar.

Na planilha estão dispostos, em série, os nomes das crianças e dos adolescentes que são acompanhados pelo serviço. O envio dos dados e atualização desse documento é de responsabilidade das equipes, sendo que existe um manual de orientações para guiar a atividade. Nesse manual constam as categorias utilizadas pela coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade para o gerenciamento dos casos, assim como uma explicação sobre o que significa tal categoria para orientar o trabalho das equipes que compõem o serviço.

As informações relativas ao jovem vão desde o nome completo da criança ou do adolescente, assim como do responsável, escolaridade, informações sobre a situação em que estão – se estão em abrigo, na rua, com responsável, na FASE², etc. E também a data de ingresso no sistema, ou seja, quando começaram a ser acompanhados pelo serviço; informações relativas ao uso de substâncias psicoativas, com dois campos – um para droga principal e outra droga secundária, assim como um sobre a frequência do uso. E sobre o local em que espera se encontrar o jovem em determinados períodos do dia. Como exemplo: Maria está na rua no horário da manhã, à tarde na escola e de noite na casa da avó.

Através do documento, é possível acompanhar a movimentação dos jovens dentro dos circuitos da cidade. As atualizações sobre os casos, ou seja, quando ocorre alguma mudança na situação em que o jovem se encontrava, é grifado na planilha com a cor amarelo. Por exemplo, poderia ter fugido do abrigo em que estava ou até mesmo estar vinculado à família quando antes não estava. Na primeira reunião de gerenciamento que participei, foram apenas debatidos os casos configurados como rua moradia, categoria utilizada pelo serviço (junto ao de rua sobrevivência) para identificar e reconhecer os sujeitos que devem ser acompanhados, sendo que significam:

“...a rua moradia refere-se ao uso do espaço da rua como campo principal de organização de suas atividades, incluindo a moradia, contrapondo-se à situação de rua sobrevivência, caracterizada predominantemente pelo trabalho infantil, sendo que a família ainda é a referência para a organização das atividades diárias (Lemos 2005; Rizzini & Buttler, 2003; Souza, Reis, Correa & Giugliani, 2010 apud Finkler, 2011).

² Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

Os casos acompanhados na reunião de gerenciamento, como citei anteriormente, referiam-se aos de rua moradia, e que eram considerados como crônicos. Cada equipe, tinha então, determinado tempo para apresentar a narrativa e depois para se pensar em estratégias para o encaminhamento da situação. Nesse encontro, os casos crônicos referiam-se a situações em que era difícil manter uma abordagem e uma aproximação com as crianças e adolescentes em situação de rua. Como exemplo, casos em que o jovem estava arredio em relação a abordagem da equipe; indivíduos que estavam em comunidades ligadas ao tráfico de drogas, o que dificultava o acesso do serviço; e as narrativas que demonstravam que mais de um membro da equipe estava em situação de rua, ou seja, famílias em situação de rua.

Esse modelo de reunião baseado nos casos de rua moradia que eram vistos como mais crônicos pela equipe está, atualmente, em processo de substituição. Para atender as modificações empregadas pelos sujeitos alvos do programa, assim como a complexidade dos casos, foi necessário reelaborar o modelo de encontro. A seguir, foco a análise nessas modificações empregadas e que encontram sob avaliação a respeito da organização e execução das categorias pensadas e utilizadas na prática pelo serviço Ação Rua.

As práticas cotidianas do serviço Ação Rua

Como citado anteriormente, a reunião de gerenciamento está passando por uma etapa de ajustes, em que será avaliado posteriormente quais as melhores formas de realiza-la. Essas modificações estão sendo pensadas para atender o que o serviço entende como mudanças na situação de rua na capital do Rio Grande do Sul. Mudanças essas que têm feito com que o serviço reflita sobre as categorias utilizadas para se referir à infância e juventude de rua em situação de rua.

A forma utilizada foi a criação de um novo campo na planilha utilizada na reunião mensal para pensar sobre esses novos casos. Para atender os casos que não se enquadravam nas duas classificações utilizadas pelo Ação Rua, a de rua moradia e rua sobrevivência, foi criada uma nova forma de nomeação: a dos casos especiais. É importante ressaltar, que por se tratar de algo que está em vias de teste, não existe um manual de orientações para as equipes seguirem para identificarem os meninos e

meninas que fazem parte desses casos. Apesar de não existirem ainda os eixos delimitando tal categoria, pois é uma nomenclatura que está em vias de construção e de experimentação, já existem situações nas quais é possível identificar quais sujeitos estão sendo incluídos nessa nova aba da planilha.

Como exemplo de casos que foram enquadrados como especiais, cito o de indivíduos que estão ligados ao tráfico de drogas. Um dos problemas que as equipes têm enfrentado é o de não conseguirem acessar determinados jovens por esses estarem inseridos em redes de tráfico de entorpecentes. A dificuldade nesse acesso se dá principalmente pelo próprio fechamento desses espaços e pelo controle que exercem em determinadas regiões da cidade, determinando também quem poderá ou não adentrar nas vilas. Ocorreram situações em que algumas vilas estavam com toque de recolher, e em outras impediam o acesso da equipe à comunidade. É preciso então estar atento a tais limitações, pois adentrar nesses espaços envolve riscos tanto por parte dos profissionais quanto para o adolescente.

É também interessante notar que indivíduos que antes estavam apenas na aba de rua moradia poderiam também ser enquadrados nessa nova nomenclatura de caso especial. Isso demonstra que as equipes têm pensado como um caso especial não diz respeito a casos novos, mas também pode remeter a histórias que já estão sendo acompanhadas e que tem trazido desafios para o trabalho. Os casos apresentados nessa reunião, cuja proposta foi a de trazer para a apresentação as narrativas sendo já pensadas como um caso especial, giravam bastante em torno da dificuldade de acesso e de abordagem ao jovem. E também em relação a própria falta de efetividade nas ações empregadas pelo serviço nessas situações, ou seja, não estavam observando efeitos nos encaminhamentos propostos para os sujeitos atendidos.

Esses casos, além de serem situações que estão sendo bastante recorrentes no cotidiano profissional, também demandam o diálogo com outras áreas da política. Esse diálogo intersetorial é também outra meta para o ano corrente, pois muitos casos necessitam de outros encaminhamentos que ultrapassam as fronteiras da assistência social. Como exemplo, casos de crianças que precisariam de um acompanhamento relativo à saúde mental e questões de guarda, que dependem do encaminhamento para outros setores de serviços.

Essas modificações da forma que o serviço organiza e pretende se organizar, servem para demonstrar como as ações não são algo centralizado em uma unidade específica e imutável, mas sim construídas na prática diária e em relação a outros campos de poder. Penso aqui essas tecnologias de governo no nível das relações cotidianas e tendo como inspiração os estudos Michel Foucault (2002), em que o Estado não é uma entidade auto constituída e centralizadora, mas sim o resultado das técnicas de poder, que atuam dentro do corpo social.

Essas técnicas de governo, corporificadas na figura dos experts, que fazem parte das equipes que realizam abordagem em crianças e adolescentes em situação de rua realizam a gestão de determinadas populações. E, também, atuam na criação de sujeitos, ou seja, através da criação de categorias e eixos que delimitam quem é ou não a criança de rua que deve ser atendida pelo serviço, criam indivíduos que serão os receptores de determinadas ações governamentais e atendimentos. Sendo que esses indivíduos, ao refazerem suas práticas, também contribuem para a reformulação do modo pelo qual os programas os atendem e os reconhecem. As políticas não apenas criam determinadas condições para as pessoas, estes também se constroem por e através dessas formas de governar (SHORE; WRIGHT: 1997).

É também interessante notar como o uso de determinadas categorias e o emprego de novas expressões para se referir a certos públicos pode causar efeitos práticos no cotidiano. Efeitos podem vir desde mudanças na forma pela qual começam a ser refletidas questões de guarda; ou podem afetar as sensibilidades do grupo no que diz respeito a visualizar uma prática que já ocorria em determinado local com outros olhares e a partir disso reivindicar certos direitos. No bloco a seguir, realizo uma breve reflexão sobre esses efeitos práticos da nomeação, além de descrever o trabalho de uma das equipes do Ação Rua, no que diz respeito as formas pelas quais atendem os indivíduos.

As categorizações e seus efeitos

Uma das questões que me chama a atenção nesse campo, diz respeito a maneira pela qual as categorias são manejadas na vida prática. A aplicação e a vivencia de um conceito no mundo concreto pode trazer diversas implicações e negociações entre as pessoas que as utilizam. As categorias também modificam as sensibilidades e podem

realizar mudanças nas percepções que os sujeitos tem sobre determinado aspecto da vida.

As formas de classificar podem trazer mudanças na forma como os executores de políticas e programas governamentais passam a refletir e agir com um olhar diferente em relação a determinadas situações. Como exemplo, cito o artigo de Fonseca e Cardarello (2009) sobre as implementações que foram realizadas pós ECA no que diz respeito a forma como alguns casos passam a ser vistos e reconhecidos de outra maneira e com outro nome. As implicações disso podem ser vistas na prática, como um aumento do número de institucionalização de crianças devido a casos de negligência, como citam as autoras:

“A passagem do problema “sócio econômico” para a “negligência” revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e da sua família no Brasil. Se em 1985 considerava-se que motivos como “mendicância”, “maus tratos”, “desintegração familiar” e “doenças do menor” eram decorrência direta de “problemas socioeconômicos”, hoje, mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural, é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. É ela que é “negligente”, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, “não se organiza”. (FONSECA & CARDARELLO, 2009, p. 242)

As novas expressões também podem chamar a atenção de fenômenos que antes não eram considerados em determinada localidade. Daniel Simião (2006), chama a atenção para o aumento de denúncias de “violência doméstica” no Timor Leste, uma prática que antes não era reconhecida dentro dessa nomenclatura. Com o advento da modernização do país com a chegada de diversas agências de países Ocidentais, mudaram-se também as moralidades envolvidas nas práticas dos timorenses. Ações que antes não eram pensadas sob a capa da violência, passam agora a ser retratadas como tais.

Os dois exemplos citados acima servem para refletir sobre as mudanças de moralidades e de significados de determinadas práticas, assim como as modificações que ocorrem a partir do uso das novas formas de se expressar e nomear o mundo. Uma categoria também pode servir para essencializar como para homogeneizar os indivíduos que fazem parte dela, como demonstra Lila Abu-Lughod (1991), em relação ao conceito de cultura. Trago o exemplo da autora, pois as práticas dos meus interlocutores vão ao encontro das ideias da teórica no que diz respeito a fixidez e ao fechamento que as nomenclaturas causam. Através do relato a seguir será possível identificar como as categorias estão sendo pensadas no nível do cotidiano por essa equipe que tenho

acompanhado no trabalho de campo. Assim como Abu-Lughod (1991), os profissionais desse grupo têm refletido sobre a rigidez que uma categoria impõe ao trabalho, principalmente quando se tratam de vidas humanas e sua complexidade.

O que vem ocorrendo com o campo que estou acompanhando diz respeito a própria reflexão que a equipe que tenho acompanhado de forma mais próxima vêm realizando sobre as categorias utilizadas pelo programa. O que quero pontuar aqui para além dos usos dessas categorias e das suas implicações, é a aplicabilidade delas no cotidiano. As categorias muitas vezes se mostram como insuficientes para descrever a multiplicidade da vida real. O que a equipe que tenho acompanhado me relatou é que a vida real não cabe em categorias fechadas. Os casos atendidos naquela região envolvem diversas situações complexas, como tráfico de drogas, trabalho infantil, além de ser um território com alto índice de pobreza, de crianças e população idosa. Citaram que a categorização empregada pela reunião de gerenciamento é apenas uma forma de enquadrar os casos, para conseguirem se comunicar entre as outras equipes. Nunca se parou, ali naquela equipe, para se definir, nas situações práticas, qual criança está enquadrada em qual nomenclatura, se é de rua moradia ou rua sobrevivência, por exemplo.

As vivências, de acordo com meus interlocutores, ultrapassam as categorias. O que fazer quando a família toda está em situação de rua? E o que fazer quando a criança está em rua sobrevivência, mas tem os vínculos fragilizados? Tais questionamentos, que me foram fornecidos na reunião da equipe que acompanho, servem para demonstrar como as categorias não tem conseguido dar conta das histórias naquela localidade. Para eles, enquadrar as histórias em categorizações é uma tarefa difícil, pois ali se trabalham com vidas e com afetos, e também não é o principal foco do Ação Rua daquele território. O trabalho é feito, normalmente, através do reconhecimento da criança e do adolescente que está em situação de rua na região, através da exploração dos locais em que esses indivíduos costumam ficar e de outros deslocamentos, e a partir disso tenta-se chegar as suas redes, como a família, que tem uma importante função tanto no trabalho desses profissionais quanto nas discussões que ocorrem na reunião de gerenciamento.

Não é apenas um sujeito que está sendo atendido pelo serviço Ação Rua. Essas ações envolvem a família como um todo e não é realizado apenas de forma individual. A seguir trago exemplos que reforçam a ideia da família como um ponto fundamental

de uma tecnologia de governo e uma pequena revisão bibliográfica acerca da temática da infância no contexto das políticas pós Estatuto da Criança e do Adolescente.

Família com indivíduos em situação de rua

Como citei anteriormente, as ações e encaminhamentos voltados à infância em situação de rua não são dirigidas apenas para o indivíduo que a vivência, mas também para o seu núcleo familiar. A família tem bastante importância no atendimento do Ação Rua, sendo que o jovem é apenas uma parte do acompanhamento. O jovem funciona como apenas uma parte da abordagem, sendo que é a partir dele que se chega em suas outras relações. Em um encontro inicial com a equipe que venho realizando a pesquisa de forma mais próxima, quando indaguei sobre prontuários dos jovens, fui logo informada que não se trata de um documento individual da criança ou do adolescente, mas sim que eles estão organizados através da família, mesmo esta não estando em situação de rua. A organização dos arquivos não se dá através do acompanhamento da situação do jovem José, da Bruna ou do Rodolfo, mas sim pela família Silva, Oliveira ou Torres.

A equipe citou ainda que a família é a base do trabalho que realizam, é através da reinserção de laços e do acompanhamento familiar que eles pretendem fazer com que o adolescente não continue mais realizando situação de rua. As ações são direcionadas para que o jovem não perca esse apoio e contato familiar, e o abrigo, por exemplo, funciona como uma última escolha, quando a família não demonstra estar cumprindo os requisitos necessários para a criação do filho. O jovem ali na rua é apenas a ponta de toda uma estrutura familiar, que muitas vezes esta perpassada por violências, drogas e problemas de saúde mental.

Nas reuniões de gerenciamento em que estive presente, a questão da família ou do responsável é também sempre perpassada. Seja relativo a questões de guarda, quando o serviço acompanha os procedimentos legais para um responsável realizar a guarda da criança, ou quando tenta-se sensibilizar essa rede sobre trabalho infantil, quando o jovem obtém dinheiro ou doações através da rua. E também os casos de família em situação de rua, sejam essas relações de irmãos, primos ou até mesmo pai e mães ocupando o espaço público com seus filhos. A seguir, farei uma breve descrição acerca

três casos, para exemplificar como as relações familiares e as crianças e adolescentes em situação de rua caminham juntas nas abordagens e acompanhamentos realizados pelo Serviço Ação Rua.

As histórias

O primeiro caso que merece ser destacado refere-se à família Silva³. Tratam-se de três irmãos, dois garotos e uma garota, que são atendidos pelo Ação Rua, pela assistência social, estudam, realizam cursos profissionalizantes e possuem relações com a família, mas mesmo assim permanecem em situação de rua e realizam a venda de balas no espaço público para sobreviver. A família não vê problemas com o fato de eles estarem ocupando o espaço público no período da noite. Preferem eles na rua vendendo balas que envolvidos em outras situações no bairro em que residem. O problema é que todas as noites a população liga para o Ação Rua denunciando a presença desses jovens nas ruas realizando atividades de comércio.

A equipe enfrenta o dilema de como agir frente a essa situação, visto que um dos objetivos do programa é o de fazer com que a criança sinta vontade de sair ruas e o de inseri-las em seus núcleos de apoio, como a família, escola e outros serviços. Como agir então quando o jovem tem família, estuda e acessa os serviços, mas permanece nas ruas? O grupo de irmãos se adequa a forma pela qual a equipe realiza o seu trabalho, mas escapam do controle do serviço quando insistem em permanecer no espaço público para ganhar dinheiro. Também citaram que seria difícil tirar esses jovens irmãos da rua, porque o comércio que desenvolvem nas ruas é bastante lucrativo e um dos profissionais citou que “eles muito gostam do dinheiro”. A rua passa a ser para esses jovens, não um local de moradia ou de ambiente em que apenas passam um período do dia, mas sim um trabalho, pois é nesse espaço em que realizam as atividades de venda.

O segundo caso diz respeito à família Nunes e é uma narrativa que se assemelha bastante às outras histórias que já foram discutidas nas reuniões, ou seja, são casos que ocorrem com uma certa frequência e que também são considerados *casos especiais*: o dos indivíduos que permanecem na porta de supermercados para obter doações. O caso a ser apresentado diz respeito às crianças e adolescentes de uma mesma família, não se trata apenas de irmãos, mas também existem outras relações dentro da família, como

³ Todos os nomes utilizados nesse artigo são fictícios.

duas adolescentes que têm filhos. Esses indivíduos da mesma rede familiar residem em duas regiões periféricas da cidade e também possuem relação com o tráfico de drogas.

O Ação Rua soube dessa história pois alguns membros desse grupo ficam pelos arredores de um grande supermercado de Porto Alegre, em um bairro nobre da cidade. Ocorreram três denúncias de moradores da região, sobre tal situação. As meninas também são bastante arredias em relação às abordagens e desqualificam o serviço, ou seja, não aceitam o atendimento. O que me chamou bastante atenção nesse caso, além dessa dificuldade em fazer com que sejam atendidas, foi a questão de como essas garotas sobrevivem e da organização desse esquema de sobrevivência.

Elas se deslocam diariamente da região onde moram para a frente do supermercado, um percurso distante, e no mercado conseguem produtos e também dinheiro, através das doações dos clientes. Essa é, inclusive, o que visualizam como sendo a sua “vida nova”. O trabalho dessa família é tão articulado que normalmente vem um carro busca-las no mercado em que ficam, também possuem uma lista de demandas do que precisam. Os pedidos para os clientes do mercado vão de acordo com essa lista. Esses pedidos de doações e esses deslocamentos são uma forma de trabalho, pois é a partir disso que sobrevivem, conseguem comida e também dinheiro, uma espécie de “vínculo com o imediato”, como um dos técnicos pontuou. Também existe uma espécie de “contrato” e “promessas de doação” com os clientes do supermercado, como exemplo, uma garota pedir algo e algum cliente prometer que compra e entrega a ela no dia seguinte.

A terceira e última história a ser apresentada diz respeito a uma situação de rua geracional e repete as situações das narrativas anteriores: a da rede de supermercados e da família conivente com a situação de rua e o trabalho infantil. Trata-se, de como foi apresentado na reunião pela equipe que as atende, a família Bernardes “ao cubo”, pois trata-se de uma geração de três mulheres: A avó, as filhas e as netas. A família tem como figura principal a avó e ela é quem cuida de quatro netas, pois a mãe das meninas faz uso de drogas e também se prostitui, sendo que quando as crianças estavam com ela, ficavam pelas ruas da comunidade.

Joana é outra filha da matriarca e tem 8 filhos. E suas crianças estão em situação de mendicância em um supermercado de uma região nobre da cidade. As crianças pegam um taxi para a região e lá recebem diversas sacolas e doações. Estão em uma

região rica da cidade, recebem inclusive, pertences caros, como, exemplo tênis e roupas de marca. As vezes há mais ou menos 15 pessoas na frente desse mercado. Joana, quando interrogada sobre a rua, diz que a rua deu muita coisa para ela, embora tenha tido também algumas perdas na sua trajetória, perdas essas, como pontua a equipe que não faz com que ela tire seus filhos da rua.

Os casos escolhidos para serem apresentados dizem respeito a maneira pela qual as famílias estão sendo movimentadas no trabalho realizado pelo Ação Rua. O núcleo familiar se torna uma peça fundamental nos encaminhamentos dos serviços. Para Lirene Finkler e Dell’Aglío (2014) em um estudo realizado sobre famílias de indivíduos em situação de rua acompanhadas pelo Ação Rua, a entidade familiar (sendo que na maioria dos casos é monoparental chefiada por mulheres) é um ponto bastante relevante na execução do programa:

"É relevante sublinhar que o fortalecimento dos adultos da família, no seu papel de cuidadores/parental apresenta repercussões diretas junto aos filhos que se encontram em situação de rua, mas tem também um papel preventivo no agravamento de situações vividas com os filhos que ainda permanecem em casa. Portanto, a ênfase na matricialidade familiar repercute em promoção de qualidade de vida junto a essas famílias e comunidade" (FINKLER & DELL’AGLIO, 2014, p. 12)

Ter como foco a família desmistifica uma série de estereótipos em relação à falta de vínculos de pessoas em situação de rua. Como o meu próprio campo, estudos sobre jovens em situação de rua (FINKLER & DELL’AGLIO, 2014; GREGORI: 2000) e os censos (1996; 2004) sobre essa população realizados em Porto Alegre, demonstram, em sua maioria, que tais indivíduos tem sim uma residência e um contato ou referência com a família (seja essa monoparental, nuclear ou outros tipos de arranjos). E também aponta para similaridades dentro dos estudos antropológicos sobre crianças.

A literatura dentro da Antropologia sobre infância (FONSECA & CARDARELLO: 2009; SCHUCH: 2005, 2013; VIANNA: 2002; RIBEIRO; 2009) demonstra que muitas das políticas traçadas para esse público, no contexto pós ECA, tem como ênfase o jovem situado em relações familiares. É seu núcleo familiar que muitas vezes será culpabilizado pela situação do indivíduo quando este está cumprindo medida sócio educativa e, também, será o responsável pela reinserção do jovem na sociedade (SCHUCH:2005). Ou são os discursos empregados pelos seus responsáveis ou pelos que brigam pela responsabilidade, que vão determinar, junto a outras vozes que representam o Estado, sobre quem deve ter a guarda da criança (VIANNA: 2002). É

também curioso notar que esses discursos tanto da família quanto de juízes, assistentes sociais e demais representantes do governo, nas obras citadas acima, contém as próprias moralidades dos mesmos. Ou seja, muitas das decisões e escolhas são feitas com base no próprio juízo de valor da pessoa, suas noções sobre o que é certo e errado.

As tecnologias de governo, pensadas aqui como os executores de um programa governamental, não atuam apenas no nível de produção de sujeitos responsáveis e autônomos (ONG: 2003), mas sim em um processo de “politização da família” (SCHUCH: 2013). A família, como demonstro ao longo do texto, tem uma importante função na prática e também na diretriz do serviço Ação Rua. Ela se torna um meio pelo qual o jovem pode desenvolver a vontade de sair das ruas, e muitas vezes a organização dos responsáveis pelo adolescente ou pela criança é uma tarefa mais árdua do que a própria organização do sujeito. Porque, como me foi citado em uma reunião, as ações dirigidas aos jovens podem ser mais simples, como inseri-lo em algum curso ou na escola. Em contrapartida, o trabalho de construção de um sujeito organizado e responsável pelos filhos pode ser um pouco mais complexo, até porque envolve outros âmbitos da vida, como fazer com que a próprio adulto se organize para que possa organizar outros ou, por exemplo, fazer com que uma mãe se desvencilhe de alguma situação de violência que afeta toda a rede familiar.

A qualificação dos dados realizados pela equipe que acompanho é também feita com toda a família. Esse processo envolve a checagem dos dados obtidos através da abordagem realizada pelos profissionais da equipe nos meninos e meninas que estão nas ruas. A partir da identificação daquele jovem estar em situação de rua, que é feita pelos educadores sociais, tenta-se obter, através do diálogo, informações relativas a sua identidade, a escola que frequenta (se frequentar) e informações relativas a sua rede familiar. A partir desse primeiro contato, a equipe verifica os dados junto da escola que o jovem citou e não qualifica as informações relativas apenas aquele sujeito, mas sim a família na qual pertence. Muitas vezes as informações passadas pela criança ou pelo adolescente não batem com as que a escola tem e, através dessa instituição, é possível conseguir maiores detalhes sobre aquela história.

A família, torna-se então, um ponto fundamental para o trabalho realizado pelo Ação Rua, cujo enfoque é a infância e juventude em situação de rua. Essa instituição, pensada aqui como um sujeito político, não é apenas o foco das tecnologias de governo,

mas também um meio pelo qual elas se desenvolvem, como cita Patrice Schuch (2013) em seus estudos sobre programas voltados à crianças e adolescentes:

“Meu argumento fundamental é que a produtividade da questão sobre como a família funciona em políticas de intervenção social leva, inevitavelmente, a sua consideração como um sujeito político fundamental. E isso não apenas a coloca no centro da configuração de certas práticas de governo, mas também a configura como um agente e/ou recurso nas possibilidades de sua transformação e reinvenção” (SCHUCH, p. 314, 2013).

Considerações Finais

Esse trabalho é uma exploração inicial, tanto da teoria, quanto do material obtido no trabalho de campo. Não tive o intuito de simplificar a complexa situação que as equipes de abordagem social de crianças e adolescentes têm enfrentando em Porto Alegre, mas sim de explorar as reflexões que esse grupo tem realizado, a luz de algumas teorias dentro da Antropologia.

Pensar os estudos de caso e o que os experts chamam de uma nova configuração da situação de rua na capital do Rio Grande do Sul, é trazer contribuições para os estudos sobre essa população e também sobre formas de categorizar indivíduos dentro de políticas e programas do governo. Através da bibliografia discutida e do trabalho de campo, foi possível notar como o serviço funciona no dia-a-dia e como o foco da ação não está apenas nas crianças e nos adolescentes em situação de rua, mas sim na sua família como um todo e na construção de um responsável que consiga se gerir para poder gerir os outros.

Com os dados, também é possível pensar e refletir sobre as tecnologias de governo não como entidades auto-reguladores e que detém o poder sobre a sociedade, mas sim pensá-las dentro das relações de poder, onde o poder não está na mão de apenas uma entidade e uma instituição, mas sim em todo o corpo social. Também não perder de vista a forma pela qual os grupos que acessam os serviços também mostram resistência no atendimento e as movimentações dempregadas por esses sujeitos atendidos muitas vezes requerem a atualização de como os programas pensam e atuam. As categorias empregadas pelas técnicas de governo, que reconhecem e categorizam determinados grupos humanos, devem estar abertas as próprias reconfigurações que tais grupos realizam. É preciso estar atento a não fixidez das categorias e aberto a novas

negociações e reconhecimentos, porque a vida humana é movimento, fluidez e resistência.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, R (ed.). *Recapturing Anthropology*. Santa Fe: School of American Research, 1991, p. 137-162

ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Licia do Prado. *Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura*. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 26, 1988.

FINKLER, Lirene. Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FINKLER, Lirene.; DELL'AGLIO, Debora. Famílias com filhos em situação de rua: Percepções sobre a intervenção de um programa social. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 7, p. 53-66, 2014.

FONSECA, Claudia; Cardarello, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. In FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 219- 252

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2002

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Crianças e adolescentes em situação de rua e suas circunstâncias de vida. Secretaria de Estado do Planejamento: Projeto Piá 2000, 1996.

GRANPAL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Perfis e mundo das crianças e dos adolescentes em situação de rua da Grande Porto Alegre*. Relatório de pesquisa não publicado, GRANPAL- Associação dos municípios da grande Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2004.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA. *Projeto Ação Rua*. Porto Alegre, FASC, 2006.

ONG, Aihwa. *Buda is Hiding. Refuges, Citizenship and the New America*. Berkeley, University of California Press, 2003.

SCHUCH, Patrice. *Práticas de justiça: Uma etnografia sobre o campo de atenção ao adolescente infrator depois do ECA*. (Tese Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005

[_____ . Como a Família funciona em políticas de intervenção social? In: Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 13, p. 309-325, 2013.](#)

RIBEIRO, Fernanda. Conselho tutelar e negociações de conflitos. In FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 93- 114.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando corpo e violência: o combate à violência doméstica em Timor Leste. In: 28º Encontro Anual da ANPOCS, 2004, Caxambu. CD-ROM 28º Encontro Anual da ANPOCS, 2004.

SHORE, N. E WRIGHT, S. Policy - A new field of Anthropology. In: *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. London: Routledge, 1997.

VIANNA, ADRIANA. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares de gestão da infância. In Antonio Carlos de Sousa Lima (Org). *Gestar e gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.